

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 88.577 - RJ (2017/0216228-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : JORGE GOMES BARREIRA
ADVOGADOS : CARLOS FERNANDO DOS SANTOS AZEREDO - RJ150472
MARIANA HALLAK - RJ168025
ALVARO LINS DOS SANTOS - RJ186588
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JORGE GOMES BARREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que denegou a ordem no HC n. 0032391-13.2017.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 317, § 1º, 317, *caput*, n/f do artigo 71, e artigo 317, *caput*, por duas vezes, e 288, parágrafo único, por três vezes, tudo na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

A defesa se insurgiu contra as decisões de interceptações telefônicas e suas prorrogações perante a Corte local, ficando a ordem denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 54):

HABEAS CORPUS. PLEITO QUE OBJETIVA, EM SUMA, DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E SEUS CONSECTÁRIOS. INEXISTÊNCIA. INTERCEPTAÇÕES SUCESSIVAS. NECESSIDADE. DECISÕES FUNDAMENTADAS. PROVA VÁLIDA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A DEFESA QUE, SOMENTE APÓS SEIS ANOS, VEM TENTAR ILIDIR A LEGALIDADE DA PROVA. INTRUÇÃO CRIMINAL CONCLUÍDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

Daí o presente recurso ordinário, no qual a defesa alega que o recorrente sofre constrangimento ilegal decorrente do afastamento do sigilo telefônico mediante decisões judiciais desfundamentadas, as quais não

Superior Tribunal de Justiça

individualizaram as pessoas que sofreriam as medidas e nem as respectivas linhas telefônicas interceptadas.

Pondera que houve grande lapso temporal entre o deferimento da medida de interceptação (17/1/2011) e sua efetivação (26/1/2011 a 10/2/2011), o que demonstra ilegalidade da medida e ausência de *periculum in mora*, elemento imprescindível para a autorização da interceptação telefônica.

Defende que há ilegalidade na prorrogação da interceptação telefônica em relação ao ora recorrente, pois ausente a continuidade entre o término da medida e a decisão de prorrogação e sua consecução, ocorrendo solução de continuidade.

Observa que houve novo pedido de interceptação telefônica com representação em 3/5/2011 com decisão em 24/5/2011 e escutas efetivadas em 3/6/2011 a 15/6/2011, quando já encerradas as investigações e oferecida denúncia, restando a finalidade do pedido incompatível com os fins descritos no artigo 1º da Lei n. 9.296/1996, já que realizada com o objetivo de efetivação de ordem de busca e apreensão e prisão e não como necessidade para a produção de provas.

Alega que as interceptações telefônicas e as provas daí advindas são ilícitas, razão pela qual não poderiam respaldar o oferecimento da denúncia.

Requer, liminarmente, a suspensão da Ação Penal n. 0058879-37.2010.8.19.0004 até final julgamento deste recurso. No mérito, pleiteia a declaração de nulidade das interceptações telefônicas e, por conseguinte, da ação penal ou, subsidiariamente, que sejam desentranhadas dos autos. Solicita, ainda, a intimação dos advogados constituídos nos autos para realização de sustentação oral.

Indeferido o pleito liminar (e-STJ fls. 714/717) e prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 750/752), opinou o Ministério Público Federal "pelo desprovimento do recurso ordinário" (e-STJ fls. 750/752 e

Superior Tribunal de Justiça

758/763).

É o relatório. **Decido.**

Busca-se, no presente recurso ordinário, a anulação das interceptações autorizadas pelo Juízo processante. A respeito do tema, assim decidiu a Corte de origem (e-STJ fls. 56/57):

Inicialmente, não há que se falar em decisões não fundamentadas, tendo em vista que se pautaram em representação da autoridade policial e parecer favorável ministerial, tendo restado patente a necessidade da medida judicial para busca de provas dos supostos crimes investigados, diante da complexidade do objeto. Ademais, alia-se às decisões toda a argumentação ministerial, utilizada na forma per relationem, admitida pelos tribunais superiores.

Outrossim, é lícita a prorrogação do prazo legal de autorização para interceptação telefônica, ainda que sucessivamente, quando o fato seja complexo e, como tal, exija investigação diferenciada e contínua.

Quanto aos alegados lapsos temporais e escutas realizadas a descoberto, ilegalidade não se evidencia.

Frise-se que não houve prejuízo algum para a defesa a ocorrência de lapsos temporais entre uma interceptação e outro, até por que pendia a necessidade de nova autorização judicial e devidamente fundamentada, pelo contrário, a falta de interceptação durante o interregno somente favoreceu ao investigado que deixou de ser monitorado nesse período, não havendo para invalidar a prova.

Conforme bem ressaltou a magistrada nas informações, estranha-se a alegação da invalidade da prova após o decurso de seis anos do procedimento atacado.

Por fim, a instrução criminal encontra-se findada, não havendo que se falar em constrangimento ilegal.

Por tais razões, denego da ordem.

Nota-se, de plano, que o aresto impugnado está em harmonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, pois a fundamentação per relationem, devidamente justificada pelo Magistrado de primeiro grau diante do caso concreto, constitui medida de economia processual e não malfere os princípios do juiz natural e da fundamentação das decisões (AgInt

Superior Tribunal de Justiça

no REsp n. 1.390.751/PR, Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 8/11/2018, DJe 23/11/2018).

Tal entendimento se estende às prorrogações de interceptações telefônicas, observada a necessidade de acréscimo, ainda que mínimo, de elementos que justifiquem a prorrogação, conforme se observa no seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO. OPERAÇÃO ZELOTES. QUEBRA DO SIGILO TELEFÔNICO. INVESTIGAÇÃO PRÉVIA. EXISTÊNCIA. AUTORIZAÇÃO DA MEDIDA E PRORROGAÇÕES. DECISÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA DE ADVOGADO. CRIMES EM TESE COMETIDOS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL. POSSIBILIDADE DE INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS QUE NÃO SE REFIRAM EXCLUSIVAMENTE AO PATROCÍNIO DE DETERMINADO CLIENTE. RECURSO IMPROVIDO.

[...]

3. As decisões exaradas, autorizando e prorrogando as interceptações telefônicas, porque fundamentadas, sucintamente ou com referência à outra anteriormente proferida, não apresentam vício de legalidade a ensejar sua nulidade.

[...]

5. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 73.498/DF, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018.) - grifei.

Por outro lado, como bem ressaltou o Relator na origem, *não houve prejuízo algum para a defesa a ocorrência de lapsos temporais entre uma interceptação e outro, até por que pendia a necessidade de nova autorização judicial e devidamente fundamentada, pelo contrário, a falta de interceptação durante o interregno somente favoreceu ao investigado que deixou de ser monitorado nesse período, não havendo para invalidar a prova.*

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, também o posicionamento desta Corte Superior de Justiça no sentido de exigir comprovação de prejuízo, mesmo diante das nulidades ditas absolutas, em consonância com o princípio *pas de nullité sans grief*, consagrado no art. 563 do Código de Processo Penal, o que, ao meu ver, não foi demonstrado na hipótese.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

